

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

À

PREFEITURMA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA/MG.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 0029/2021.

JULGAMENTO: Menor preço ITEM.

DATA DA DISPUTA: 10 de agosto de 2021 às 08:30h.

OBJETO: A contratação de empresa para prestação de serviços de apoio técnico operacional especializado à gestão da tecnologia da informação e comunicações (TIC), de forma a obter melhoria da eficiência dos processos de TIC, especialmente, nas áreas de gerenciamento de dados e informações, gestão de projetos, métrica de software, teste e qualidade de software, conformidade, gestão de serviços – infraestrutura, gestão de segurança da informação e comunicações, conteúdo web e arquitetura de software, conforme especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

ILMO.(A) SR.(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

A empresa MGDATA TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ/N 23.936.997/0001-91, Rua: Caetés, 13 – Piedade, Itaúna – Minas Gerais – CEP 35.680-262, por intermédio de seu representante legal THIAGO DOS SANTOS NUNES, sócio proprietário, inscrito sob RG: MG-11.345.478, CPF: nº 069.179.466-99, e-mail: contato@mgdata.com.br, com fulcro na legislação vigente e no edital em epígrafe, **vem** à presença de V.Sa. TEMPESTIVAMENTE,

IMPGUNAR o edital supracitado,

expondo para tanto os fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

PREÂMBULO:

Qualquer tipo de documentação **RESTRITIVA** - O que os órgãos licitantes usam para garantir qualidade de produto, serviço, origem legal e suporte técnico, passou a ser usado por ALGUNS FABRICANTES e EMPRESAS **COMO MEIO DE LIMITAR A COMPETITIVIDADE**, cerceando a

emissão de algumas cartas, certificados, declarações, etc, concentrando muitas das vezes a apenas uma empresa o poder de decisão de quem vencerá o certame. Assim, detalharemos justificativas legais e ampla jurisprudência que colaborara para a decisão desse Egrégio órgão a suspender a exigência deste documento.

TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE

Nos termos do disposto no item 3.7 do Edital e art. 42 da Lei de Licitações, toda e qualquer licitante pode impugnar o presente instrumento convocatório em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame. Portanto, considerando que o CNPJ da impugnante contempla o objeto licitado, demonstrada a legitimidade e tempestividade da presente impugnação, dessa forma, merece, tempestivamente, ser contestado para que receba as devidas alterações, de forma a apresentar - se em consonância com os princípios norteadores da atividade pública e com sistema de licitações vigente.

FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

Os princípios que regem as licitações públicas vêm insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com destaque à supremacia do interesse público na **BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**.

A presente Impugnação faz-se necessário face **AO VÍCIO CONTIDO NO Instrumento Convocatório** a qual apresentamos razões fundamentadas nos fatos e no direito, objetivando ao final que o Órgão Licitador retifique e republique o Edital ausente do vício destacado.

Contudo, o item 10.2 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO EDITAL, destaca p seguinte:

10.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovação de capacitação técnico-profissional: mediante prova de que o licitante possui, em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional com certificação ITIL V3, curso oficial Microsoft SQL Server, e nível superior na área;

O TCU entende irregular a delimitação pelo edital de tipologia específica de obras para fins de comprovação de capacidade técnica de licitante, devendo ser admitida a apresentação de atestados que demonstrem a realização de empreendimentos de natureza similar ao objeto licitado.

Vale a pena, no caso, transcrever parte da decisão do TCU que espelha essa restrição.

“Como se observa, o edital restringiu a comprovação da experiência das licitantes a uma tipologia de obra específica, no caso rodovia, e mais, delimitou a aceitação dos atestados a um tipo definido de contrato, no caso gestão ambiental, ou seja, que os serviços de supervisão, assessoramento e execução de programas ambientais tivessem sido realizados no âmbito de contratos na área de gestão ambiental, sem, contudo, apresentar qualquer justificativa para tais restrições. No caso, não se vislumbram motivos para afastar a comprovação da capacidade técnica das empresas mediante serviços similares executados em outras obras lineares, a exemplo das ferroviárias e das hidroviárias, e nem mesmo que os contratos fossem exclusivamente de gestão ambiental.

Tal imposição se mostra contrária à legislação vigente, art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, e a jurisprudência dessa Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 1.839/2007, 1.502/2009 e 1.733/2010, todos do Plenário”.

A habilitação técnica é comprovada mediante os atestados de capacidade técnica, direcionada à comprovação da capacidade da empresa de prestar o serviço.

A exigência, como condição de habilitação técnica, de profissionais com habilitação específica e comprovação de curso superior, mostra-se, de longa data, contrária à jurisprudência do Tribunal, tanto que já se consubstanciou na **Súmula TCU 272**, que prescreve que no ‘edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato’. **(Acórdão 4786/2016 – Primeira Câmara)**

Mesmo para aqueles serviços que, por lei, devem ser fiscalizados por entidade profissional, a exigência de registro deve se dar somente no momento da contratação, a fim de atender ao princípio constitucional da universalidade de participação em licitações e de evitar impor custos prévios e desnecessários aos licitantes, consoante precedentes nos **Acórdãos 772/2009-Plenário, 992/2007-1ª Câmara, 979/2005-Plenário. (Acórdão 4786/2016 – Primeira Câmara)**

E por fim é vedado exigir, para comprovação da qualificação técnica, que o profissional pertença ao quadro permanente da empresa, sendo suficiente a comprovação da existência de um contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum. **(Acórdãos 2.297/2005; 597/2007; 2.553/2007; 141/2008; 381/2009 e 1.041/2010, todos do Plenário; Acórdão nº 2.297/2005 – Plenário).**

Fica evidente, que mantendo a qualificação técnica do jeito que está descrito no item 10.2 letra a do edital caracteriza restrições relacionadas a qualificação técnica e confronta a Lei nº 8.666/93.

Não há dúvida, que os editais têm sido utilizados como salvo-conduto para restringir a

participação de potenciais interessados, violando o caráter competitivo da licitação, em observância ao princípio da isonomia e comprometendo a busca da proposta mais vantajosa para Administração Pública.

A exigência da qualificação técnica tem amparo na Lei de Licitações e Contratos e deve ser aplicada quando se fizer necessário. O que não é admissível e não merece encômios é a inclusão de exigências que não pretendem garantir a qualidade da contratação, mas, sim, direcionar a contratação para determinado licitante

DO REQUERIMENTO

Face às considerações apresentadas, a impugnante requer:

Retire do instrumento convocatório a exigência da necessidade para fins de habilitação a exigência de comprovação de capacitação técnico-profissional mediante:

- Prova de que o licitante possui, em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional com certificação ITIL V3;
- Curso oficial Microsoft SQL Server;
- Nível superior na área;

Tendo em vista que, conforme determinado em lei, é lícito a exigência de atestado de capacidade técnica da empresa que comprove que prestou o serviço compatível com o objeto da licitação e nem direcionar quais atestado e graduação que o profissional deverá ter no momento da apresentação da proposta comercial.


Com a retirada dos termos aqui descritos, estaria assegurada a consonância entre os princípios regedores da Administração Pública, dando oportunidade a um maior número de participantes interessados.

Desta forma, requer-se que a Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa do Estado de Minas Gerais tome conhecimento da presente impugnação para se dar provimento nos termos acima requerido e caso não seja provido este pedido, que seja encaminhado a autoridade superior.

Nestes termos em que,

Pede deferimento.

Itaúna, 05 de Agosto de 2021



THIAGO DOS SANTOS NUNES /Procurador
Diretor
RG: MG-11.345.478
CPF: nº 069.179.466-99


23 936 997/0001-91
MGDATA TECNOLOGIA
LTDA,
Rua Caetés, 13
B. Piedade – CEP 35680-262
ITAÚNA – MINAS GERAIS